

## Emoção e debate político nos 30 anos da AduSP

Os 30 anos da AduSP foram comemorados na quinta-feira, 23/11, com um ato no anfiteatro Luiz Trabulsi (ICB-3) que contou com a presença de ex-presidentes da entidade — os professores Crodowaldo Pavan, Modesto Carvalhosa, José Jeremias, Judith Klotzel e Francisco Miraglia — e de seu ex-vice-presidente, professor Antonio Cândido. No ato, coordenado pelo atual presidente da entidade, professor César Minto, todos os ex-dirigentes fizeram uso da palavra.

Primeiro a falar, o professor Jeremias, que presidiu a AduSP no período 1981-83, historiou alguns dos fatos marcantes da vida da entidade, como a luta contra a triagem ideológica durante a Ditadura, a primeira consulta à comunidade para indicação de reitor, a atuação no movimento sindical renascente e no movimento pela Anistia, a participação na criação da Fapesp.

O professor comparou a luta travada nos primeiros tempos da AduSP, “em defesa de direitos mínimos”, contra um regime ditatorial, com a luta atual em defesa da universidade pública, “mais difícil, mais sutil, mais complexa”. Destacou a resistência da entidade contra a privatização, lembrando que a AduSP denunciou as fundações privadas já nos anos 1980.

“Hoje nossos adversários estão dentro da universidade. O mecanismo de deformação nasceu na USP, na Unicamp, e nós exportamos”, afirmou, dizendo tratar-se de um mecanismo de ação profunda, muito difícil de ser combatido.

De acordo com o professor

Jeremias, o primeiro ato público realizado na universidade brasileira após a edição do Ato Institucional nº 5 foi a assembléia de criação da AduSP, em outubro de 1976. Ele citou vários militantes da AduSP, dando ênfase à intensa participação do professor Alberto Rocha Barros como articulador e organizador, e da professora Judith Klotzel no movimento pela Anistia.

### História oral

“Momentos de ruptura são fundados no sentimento coletivo”, afirmou o professor Carvalhosa, que presidiu a AduSP no biênio 1977-79: “a leitura daquele período”, assinalou, “só pode ser feita por meio da história oral, ou seja, de uma percepção testemunhal das emoções que então predominavam e não fundada apenas nos fatos documentados”.

Ele relatou episódios de enfrentamento da liderança docente com a “ditadura interna”, isto é, diretores de unidade que só faltavam “vestir farda” e que exerciam “patrulhamento ideológico e logístico, impedindo mesmo o uso das instalações do campus para as reuniões e assembléias da AduSP, além de fornecer todo o tipo de informação à Reitoria e aos órgãos de repressão”.

A invasão do Salão Nobre da Faculdade de Direito, em 11 de agosto de 1978, por docentes e estudantes, por ocasião da leitura da “Carta aos Brasileiros”, do professor Gofredo Telles Jr., e a “histórica greve do primeiro semestre de 1979 contra o governador Maluf, enfrentando o regime militar”, foram dois momentos comentados pelo professor Carvalhosa.

Ele também falou da repercussão do *Livro Negro* editado pela AduSP em 1978: “Fizemos milhares de cópias e as distribuímos para professores e alunos, e para livrarias, que, por sinal, venderam todos os exemplares”. A publicação, acrescentou, “constituiu a ação culminante e duradoura da AduSP naquele período”.

### Carestia

No seu depoimento, a professora Judith, que presidiu a AduSP no período 1985-87, também relatou as dificuldades enfrentadas com a repressão e com o então reitor Hélio Guerra, bem como a atuação intensa da entidade em iniciativas políticas mais amplas, como a Campanha pela Anistia e o Movimento contra a Carestia.

“Escondi várias pessoas, líderes estudantis, que ficaram na minha casa”, contou a professora, rememorando a organização dos docentes na Faculdade de Medicina e no Hospital das Clínicas, em atuação conjunta com a Associação de Funcionários. Ela também destacou a participação da AduSP no movimento sindical, inclusive em todos os Conads.

### Visões distintas

O professor Francisco Miraglia, que esteve à frente da entidade no período 1987-89, na primeira gestão comandada pelo grupo “Participação”, chamou atenção para a ne-



Fotos: Daniel Garcia



Apresentação musical durante a festa de 30 anos da AduSP

cessidade do debate político de qualidade e do trabalho coletivo, como pressupostos para a afirmação da AduSP. Para ele, as divergências políticas entre seu grupo e o anterior — representado pelos professores Jeremias, Judith, Rocha Barros e outros — não impediam o diálogo em torno da defesa dos interesses da categoria: “Tínhamos visões distintas sobre como conduzir a entidade, mas o debate era enriquecedor e feito dentro de um determinado campo”, observou, citando o apoio de Judith à greve dos metalúrgicos realizada em 1978.

Ao abordar as questões en-

frentadas hoje pela AduSP, o professor citou a luta contra a Cert, criticando a “produtividade que atacou a universidade”. “O trabalho intelectual é artesanal e não pode ser submetido aos critérios da produção industrial”, acrescentou. Referiu-se à falta de democracia na USP e à necessidade de a universidade transformar-se em instrumento de emancipação da sociedade brasileira, destacando, nisso, o papel das entidades de representação.

O professor Miraglia afirmou que o trigésimo aniversário da AduSP é motivo de

**continua na pág. 4...**

# Há isonomia entre USP, Unesp e Unicamp?

A Comissão de Isonomia constituída entre o Fórum das Seis e o Cruesp tem se reunido mensalmente para, inicialmente, coletar informações sobre carreiras de docentes e de funcionários, políticas de permanência estudantil, modelos de expansão adotados nas universidades estaduais e benefícios nessas universidades.

A proposta, que remonta a 1994, foi reafirmada em 2006, mas só colocada em prática em setembro último, quando ocorreu a primeira reunião dessa Comissão. Espera-se que os resultados dessa empreitada aumentem as chances de construção de um efetivo sistema de educação superior pública no estado de São Paulo.

As reuniões de setembro e outubro disseram respeito à carreira docente e à carreira dos funcionários técnico-administrativos, respectivamente. A reunião de novembro tratará dos benefícios e a de dezembro das políticas de permanência estudantil nas universidades.

Na reunião relativa à carreira docente (setembro), o Cruesp prestou informações sobre as seguintes questões: formas de ingresso e contratação; complementação salarial e/ou verbas de representação e seu impacto na folha de pagamentos, incluindo e discriminando gastos com plantões médicos e de outros tipos.

## GT Isonomia

A Adusp constituiu um grupo de trabalho (GT) para analisar o material fornecido pelas administrações. Análise preliminar realizada pelo GT Isonomia, relativa à complementação salarial e/ou verbas de representação e seu impacto na folha de pagamento dos salários docentes, constatou que há inconsistência nas planilhas apresentadas. Contudo, os dados sugerem que, proporcionalmente, a USP é que tem o menor comprometimento da

folha com pagamento de gratificações de representação de docentes ativos, incorporadas ao patrimônio e de aposentados. Novas informações já foram solicitadas ao Cruesp.

Observou-se também que, nas três universidades, as funções gratificadas na carreira docente não apresentam total equivalência, tanto na designação da função como no valor pago. Por exemplo, a Unicamp gratifica o Coordenador Associado de Curso de Graduação e o Coordenador de Subcomissão de Pós-Graduação, funções não equivalentes na USP e Unesp. Um diretor de unidade de ensino recebe de vencimento na

USP, Unesp e Unicamp, respectivamente, 60%, 50% e 65% da gratificação de Reitor, no valor de R\$ 3.468,78.

Quanto aos plantões médicos, tomando como base julho de 2006, o impacto na folha de pagamento da Unicamp é da ordem de 0,49% e da Unesp de 0,52%. A USP não paga plantão para docente médico. A Unesp estipulou teto anual para o pagamento de plantões em R\$ 5,7 milhões para 2006. A Unicamp estabelece limite orçamentário por tipo de plantão realizado. Além disso, as instituições diferem nos procedimentos para quantificar e pagar os tipos de plantões.

## Ingresso e progressão

Ingresso e progressão na carreira docente não são comuns às três universidades. Na Unicamp o concursado é contratado em regime de 20 horas semanais, passando a RDIDP após análise de mérito. Já na Unesp, além da contratação de professores efetivos, também são contratados docentes em RDIDP pela CLT. Este regime é amplamente utilizado na contratação de docentes nas unidades diferenciadas, em recente expansão proporcionada pelo então governador Alckmin. Na USP a contratação é por concurso público e processo seletivo (contrato pre-

cário), este último empregado na contratação dos docentes da USP Leste (EACH).

Além disso, na USP, o professor precário pode não ser recontratado se tiver parecer desfavorável da unidade. Na Unesp, o docente no regime jurídico CLT pode ser demitido diretamente pelo diretor da unidade.

Dessa forma, pode-se perceber que na carreira docente a isonomia é restrita unicamente aos vencimentos em RTP (Regime de Turno Parcial), RTC (Regime de Turno Completo) e RDIDP (Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa).

## Estudantes debateram moradia estudantil

Grupos de discussão, oficinas e debates sobre moradia e assistência estudantil permearam o III Encontro Regional de Casas Estudantis (Erece), sediado no Crusp de 17 a 20/11. Cerca de 100 estudantes da região Sudeste participaram do Erece, organizado por moradores do Crusp, com apoio da Associação dos Moradores (Amorerusp).

A opção por realizar um encontro regional sobre o tema é relativamente recente — esta é a terceira edição do evento, enquanto o Encontro Nacional das Casas Estudantis (Ence) é realizado há mais de 30 anos. Gabriela Iglesias, estudante de história e moradora do Crusp, aponta como causa dessa iniciativa o descontentamento com a centralização da organização nas faculdades da região Nordeste, além de discordâncias com o caráter mercadológico dos encontros. “[O Ence] rodava muito dinheiro com as inscrições, e virou apenas ‘promoção de encontros’”, afirma. A partir de 2004, passaram a ser realizados encontros regionais pelo país. “Para a gente

realmente se articular, que é o objetivo, conseguir mais ganhos concretos, mas sem anular o Nacional”, diz Gabriela, que também faz parte da atual gestão da Amorerusp.

## Autonomia

O III Encontro possibilitou a troca de experiências (e denúncias) quanto à gestão das moradias estudantis. Ficou evidente para todos, segundo Gabriela, a tendência de precarização das condições de permanência dos estudantes — em geral denominadas como “assistência estudantil” — com a diminuição do número de residências e sua substituição por bolsas de auxílio à moradia. Segundo a estudante, houve uma avaliação consensual de que essa tendência é muito negativa. “Politicamente, é mais fácil perder as bolsas-moradia do que perder as casas”, esclarece.

Mesmo nas instituições em que há moradias, os estudantes acusam a falta de espaços de convivência, o que não favorece a articulação de demandas e reivindicações. “Muitas

vezes, a forma com que a universidade estrutura a moradia, evitando espaços de convivência, estimula a individualidade e dificulta o diálogo entre os estudantes”, avalia Gabriela.

Apesar dos diferentes contextos, houve um consenso decorrente da análise conjuntural: a demanda por mais autonomia nos espaços de decisão dos órgãos relacionados à moradia e assistência estudantil. “A gente quer ter mais autonomia para interferir nos processos de seleção e na própria relação com a universidade”, sintetiza a estudante.

## Construção coletiva

Os estudantes envolvidos no processo de organização do Erece ainda estão realizando uma reflexão sobre o encontro, avaliando os pontos positivos e as maiores dificuldades enfrentadas. Em princípio, a Associação considera positivo o processo de construção coletiva do encontro, envolvendo estudantes nos diferentes aspectos de sua organização. Gabriela acredita que o tempo foi curto para aprofundar a co-

municação com os moradores do Crusp e garantir maior participação — algo a se aprender para as próximas edições.

Para além da avaliação, existem perspectivas de encaminhamentos concretos resultantes do encontro. Dando continuidade à construção conjunta do evento, existe a proposta de criar um sítio na Internet e um boletim que propiciem a troca constante de informações entre as cidades. Há também a intenção de incluir estudantes de campus que não possuem alojamento, mas que querem se organizar para lutar por este direito — um exemplo citado foi o da USP Leste.

Uma carta com a síntese das discussões e principais reivindicações deve ser encaminhada às administrações universitárias, em âmbito nacional. Na USP, pretende-se que ela seja apresentada na reunião de dezembro da Comissão de Isonomia, grupo que discute especificidades dos *campi* das estaduais paulistas, dentre as quais as relativas às políticas de permanência estudantil.

# Reitora recebeu Adusp em 22/11. Pauta: precários e Cert

A reitora Suely Vilela recebeu a Adusp em audiência, em 22/11, para tratar sobre contratos precários, concursos públicos e Comissão Especial de Regimes de Trabalho (Cert). Também estiveram presentes, pela Reitoria, o vice-reitor Franco Lajolo, o chefe de gabinete, professor Alberto Amadio, a diretora do DRH, professora Maria de Lourdes Bianchi, a procuradora-chefe da USP, Ana Maria da Cruz, e o presidente da Cert, professor José Franchini Ramires. Representaram a Adusp os professores Francisco Miraglia, vice-presidente, Sérgio Souto e Carla Carvalho, diretores, e os professores Suzana Vasconcelos (IF), Lucília Borsari (IME) e Pablo Ortellado (EACH).

A audiência foi solicitada pela Adusp por três motivos: 1) a não abertura de novos concursos públicos com o objetivo de regularizar os contratos precários em 2006; 2) a manutenção das contratações na EACH por processos seletivos e 3) o ofício Cert 01/2006, que solicitou aos departamentos e unidades o envio de indicadores para avaliação de docentes.

A Reitora iniciou a reunião com o informe da decisão do Cruesp sobre o reajuste de 1,79%, que será incorporado aos salários a partir de novembro. Em seguida justificou a inexistência dos concursos de regularização e para contratação na EACH por falta de cargos suficientes. Disse que tem feito muitas gestões junto à Assembléia Legislativa (Alesp) para obter a aprovação da criação dos 1900 cargos, e espera que, após a votação da LDO-2007, a Alesp

decida sobre o tema.

Afirmou também haver intenção de retomar os concursos de regularização dos contratos precários para os professores com 3 anos de trabalho na USP, porém, que no caso de EACH estão estudando como fazer isso, uma vez que lá os docentes foram contratados mais recentemente.

## Particularidades

A Adusp sugeriu que os concursos para docentes em contratos precários ocorram independentemente do tempo de casa. O representante da EACH no Conselho de Representantes da Adusp sugeriu que, dadas as particularidades daquela unidade, seria importante dar início logo ao processo de regularização dos contratos precários, por meio dos cargos já disponíveis na universidade.

A Reitora ponderou que seria melhor que o processo se desse de uma vez só, mas que estava aberta a agir de outro modo caso os professores da EACH manifestassem tal interesse.

Finalmente, a Reitora e o Vice-reitor reafirmaram a intenção de essa gestão resolver em definitivo a questão dos contratos precários, e que isso depende exclusivamente da liberação dos cargos pela Alesp.

## Avaliação

A Adusp voltou a defender a falta de amparo estatutário e regimental para a Cert realizar avaliação individual de docentes, mesmo daqueles que se encontram em regime de experimentação do RDIDP

e do RTC. E observou que compete à CPA a coordenação da avaliação institucional. Desse modo, o regimento da Cert não está compatível com o artigo 201 do Regimento Geral da USP e precisa ser reformulado. A Adusp manifestou ainda o entendimento de que o papel e a composição da Cert devem ser revistos, para que esta possa se responsabilizar pelo controle administrativo do RDIDP e servir como instância de recurso.

A Reitora disse que deslocará um membro da CJ para, junto com a Cert, verificar os itens do regimento interno daquela comissão que estão em desacordo com o estatuto e o regimento geral da USP. Afirmou ter uma visão distinta da nossa em relação ao papel da Cert, que poderia avaliar o docente com base em critérios definidos pelo departamento. Disse compreender que nossa proposta é uma alternativa possível e que a CPA, sob a presidência do Vice-reitor, deverá encaminhá-la na discussão sobre a avaliação institucional.

A Adusp ressaltou ainda a inadequação de um docente solicitar credenciamento

à Cert para atividades institucionais não remuneradas. Ponderou, também, que mais inadequado ainda é ser possível credenciar-se para um projeto institucional e obter credenciamento para atividades remuneradas em projetos não analisados pela Cert.

Finalmente, a Adusp denunciou as precárias condições de

trabalho na EACH devido à poluição do ar e do solo. Os efeitos dessa poluição são perceptíveis após algumas horas de permanência naquele campus. Ressaltou-se à Reitora a gravidade da situação e ser necessário buscar laudos técnicos que avaliem as reais condições vivenciadas pela EACH, com isenção e responsabilidade.

## Enquanto isso...

O professor Antonio Junqueira de Azevedo, presidente da comissão do Conselho Universitário (CO) encarregada da reforma do Estatuto da USP, enviou ofício à Reitora contendo propostas de modificação do Estatuto, que estão na pauta da próxima reunião do CO. O ofício informa que o texto proposto foi aprovado por todos os membros da Comissão, com exceção do professor Walter Colli, que se encontrava ausente, e do voto de abstenção da representante discente.

Em face da discussão havida com a Reitoria e relatada na matéria ao lado, causa sobressalto a proposta de modificação do artigo 104 do Estatuto da USP, que na opinião da Comissão passaria a ter a seguinte redação (*verbatim*, grifos nossos):

Art 104 – Todos os docentes deverão apresentar relatórios sobre suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a cada cinco anos, para uma avaliação do desempenho nas atividades-fins da Universidade. Os relatórios deverão ser analisados por membros externos à Unidade e enviados à CERT para providências.

Mudanças recentes no Estatuto e no Regimento da USP tornaram a avaliação individual dos docentes atribuição das Unidades, justamente o conteúdo atual dos artigos 104 do Estatuto e 201 do Regimento Geral. No momento, sem discutir a viabilidade ou a utilidade de produzirmos milhares de relatórios a cada cinco anos, ou tentar entender o significado da expressão “providências da CERT”, a Comissão parece preferir uma Cert, cuja composição é de indicação pessoal da Reitoria, com caráter persecutório, punitivo e acometido de “produtivite”, que tanto mal fez ao ambiente acadêmico dessa Universidade.

Toda atenção será pouca com os rumos desta “Reforma de Estatutos”, para que não seja análoga às “reformas” da Previdência, universitária, entre outras, promovidas pelo governo federal.

## Mesa-redonda

### A crise do trabalho, o funcionalismo público e seus sindicatos

29/11, quarta-feira, 16h - Auditório Freitas Nobre, ECA

...continuação da capa

orgulho, mas advertiu que a situação atual “não recomenda ufanismo, mas sobriedade”, diante das ameaças ao ensino público, gratuito e de qualidade.

**Fundamental**

Para o professor Antonio Cândido, “a existência das associações de docentes, funcionários e alunos é fundamental para a universidade”. Ele destacou as conquistas e a experiência das associações que precederam a Adusp: a Associação dos Auxiliares de Ensino e a Associação dos Professores do Ensino Superior (Apes). “A Apes, de certa maneira, foi a semente da Adusp”, esclareceu. Essas entidades, disse, têm a grande função de “criar um ambiente de fraternidade, de solidariedade”.

O professor, que exerceu a vice-presidência na primeira diretoria eleita da Adusp (1977-79), considera que a greve de 1979, “talvez a primeira do ensino superior no Brasil”, representou “uma virada completa na mentalidade” dos docentes. “Foi quando se percebeu que o professor não era mais um príncipe, era um trabalhador”.

Foi além disso, na opinião do professor Cândido, de 87 anos, uma contribuição “muito poderosa para a criação de um espírito democrático na USP”, na medida em que “numa assembléia da Adusp, o MS1 era igualzinho ao MS5”.

O professor Pavan, de 86 anos, retornou na véspera de uma viagem ao Vaticano, de modo que não teve tempo de preparar uma intervenção apropriada, explicou. Mas declarou-se contemplado pela explanação do professor Jeremias, fazendo questão, ainda, de manifestar seu apoio à Adusp. O professor presidiu a diretoria provisória da Adusp (1976-77).

Após o ato, os presentes participaram de um coquetel, em outro salão do ICB, com apresentação de um Auto de Natal e, depois, do músico Tato.

# Fundações “de apoio” firmaram termo de ajuste de conduta, segundo promotor

O promotor de justiça de fundações Airton Grazioli, da Promotoria de Fundações da Capital (Ministério Público Estadual-SP), informou aos participantes do XXIV Confies, encontro nacional de fundações “de apoio” realizado em Ouro Preto (MG) entre 27 e 29/9, que promoveu um “termo de ajustamento de conduta” com as fundações atuantes na USP.

Grazioli declarou no Confies que “para normalizar e tranquilizar a relação entre o Ministério Público, a USP e as Fundações, esses assinaram em comum acordo um Termo de Ajustamento de Conduta que consta basicamente dos seguintes pontos: a) as fundações de apoio devem tirar as suas instalações do interior da USP; b) os bens públicos, como funcionários [sic] e equipamentos da USP não devem ser usados; c) no caso dos docentes em regime de dedicação exclusiva, podem desenvolver projetos em parceria com as fundações de apoio, mas devem ter o número de projetos avaliados caso a caso a

fim de que se possa verificar se esses docentes não estão se afastando da função fim da universidade, o ensino. As FA devem fornecer à USP a relação dos docentes vinculados a projetos para que a instituição faça a avaliação necessária”.

Grazioli fez tal declaração na condição de palestrante do painel “Relacionamento das Fundações de Apoio com as Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica: Contexto Atual e Perspectivas”, realizado na manhã do dia 28/9. Esse painel contou com a participação de Failde Soares de Mendonça, presidente da Associação Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social (Profis), Fernanda Alves dos Santos, da Sesu-MEC, Ronaldo Tadeu Pena, reitor da UFMG, e Alberto Augusto Alves Rosa, vice-presidente do Confies.

O promotor classificou as denúncias da Adusp contra as fundações como “de cunho ideológico, com uma concepção de Estado buro-

crático”. Para Grazioli, a crítica da Adusp teria chegado a tal ponto “que mereceu do Ministério Público uma resposta”, ou seja, “as fundações de apoio passaram a ser auditadas”. Ele declarou ainda que as fundações injetam mais recursos na USP do que o próprio Estado!

A reportagem do *Informativo Adusp* fez quatro tentativas de contato com o promotor Grazioli, para que confirmasse a assinatura do termo de ajustamento de conduta. No dia 24/11, Grazioli estava na Promotoria e recebeu os recados, segundo informação de seus auxiliares, mas deixou o local sem telefonar para o *Informativo Adusp*. Quanto à Reitoria, informou por intermédio de sua assessoria de imprensa que a USP não assinou documentos desse teor.



Promotor Airton Grazioli

## A incrível novela “LDO-2007”

Por incrível que pareça, a última “novidade” é que, provavelmente, a votação pela Assembléia Legislativa (Alesp) da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2007) poderá ocorrer nesta semana (27/11 a 1º/12), pois o governo vem sistematicamente deixando de cumprir sua palavra de que publicaria no *Diário Oficial do Estado* a liberação das verbas contingenciadas para as emendas dos parlamentares (cerca de 30, muitos não reeleitos).

Ao mesmo tempo, o discurso dos governistas tem sido o de que o novo governo não tem pressa de que a Lei Orçamentária (LO-2007) seja votada pela Alesp. Dia 28/11, deverá haver nova reunião do Colégio de Líderes dos partidos na Alesp; o Fórum das Seis continuará acompanhando cuidadosamente essa questão. Contudo, é indispensável que professores, funcionários e estudantes permaneçam dispostos a se mobilizar a qualquer momento!

## EM CIMA DO FATO, mas de qual FATO?

O Comunicado Cruesp nº 4/2006, de 22/11, anuncia o reajuste de 1,79% sobre os salários de novembro porque a arrecadação acumulada de janeiro a outubro permite considerar confirmada, a partir de outubro, a previsão anual de R\$ 40,219 bilhões. Pois bem, no Comunicado Cruesp nº 2/2006, de 01/06, lia-se que caso o arrecadado entre janeiro e agosto permitisse a citada previsão anual, o reajuste de 1,79%

seria a partir de setembro. Lia-se também que se a previsão anual atingisse R\$ 40,6 bilhões, o reajuste de 1,79% retroagiria a maio/06.

Note-se que os riscos de não atingir aquela previsão anual era muito maior em setembro do que é agora em novembro, mas mesmo assim estaríamos recebendo tal reajuste nos meses subsequentes.

Pelo andar da arrecadação tudo indica serão atingidos

os R\$ 40,6 bilhões. Assim, o FATO seria reajustar o salário de novembro em 1,79% e pagar em folha avulsa os 1,79% sobre setembro e outubro.

E um quase FATO seria se preparar para pagar em folha avulsa os 1,79% sobre os meses de maio a agosto! É por conta desses FATOS que o Fórum das Seis encaminhou ofício ao Cruesp cobrando reunião de negociação urgente.